



Autor: F.Exec tivo D.Officiais de 22/11/67 e 29/11/67

Estado de Mato Grosso

LEI № 2.799, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1 967.

Estabelece normas re lativas às licitações para compras, obras, serviços e alienações.

o governador do estado de mato grosso

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - As licitações para compras,obras e serviços passam a reger-se na Administração Estadual, direta e descentralizada pelas normas consubstanciadas nesta lei e disposições complementares aprovadas em decreto.

Artigo 2º - As compras, obras e serviços efetuar-se-ão com estrita observância do principio da licitação.

§ 1º - A licitação só será dispensada nos ca sos previstos nesta lei.

§ 22 - É dispensável a licitação:

- a) nos casos de guerra, comoção intestina ou calamidade pública;
- b) quando não acudirem interessados à licita ção anterior, mantidas, neste caso, as condições preestabelecidas;
- c) na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, emprêsa ou representante comercial exclusivo, bem como na contratação de serviços com profissionais ou firmas de notória especialização;
- d) na aquisição ou arrendamento de imóveis destinados ao serviço público;
- e) nos casos de emergência, caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, bens ou equipamentos;



- f) nas compras ou execução de obras e serviços de pequeno vulto, entendidos como tal os que envolverem importância inferior a <u>dez vêzes no caso de compras e serviços e a sessenta vêzes no caso de obras o valor do salário mínimo vigente no Estado, devendo ser feita uma tabulação te lefônica;</u>
- g) para aquisição e execução de serviços ou obras que por motivo de interêsse do Estado, a juizo do Governador do Estado, não permitiram publicidade ou a demora do processamento da licitação.

Artigo 3º - São modalidades de licitação:

I - A Concorrência

II - A Tomada de Prêços

III - 0 Convite

\$ 12 - Concorrência è a modalidade de licitação a que deve recorrer a Administração Centralizada ou Descentralizada nos casos de compras, obras ou serviços de vulto, em que se admite à participação qualquer licitante através de convocação de maior amplitude.

§ 2º - Nas concorrências, haverá, obrigatòria mente, uma fase inicial de habilitação preliminar destinada a comprovar a plena qualificação dos interessados para realização do fornecimento ou execução da obra ou serviço programado.

§ 3º - Tomada de prêços é a modalidade de li citação entre interessados prèviamente registrados, observada a necessária habilitação.

§ 49 - Convite é a modalidade de licitação entre interessados no ramo pertinente ao objeto da licitação, en número mínimo de 3 (três), escolhidos pela unidade administrativa, registrados ou não e convocados por escrito com entecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

§ 5º - Quando se tratar de compras ou serviços, caberá realizar concorrência se o seu vulto fôr igual ou superior a 150 (cento e chocoenta) vezes o valor do salário mínimo vigente no Estado; tomada de prêços se inferior àquele valor e igual ou superior à 50 (cincoenta) vezes o valor do salário mínimo vigente no Estado; convite se inferior a 50 (cincoenta) vezes o salário mínimo vigente no Estado, observa do o disposto na alínea f do § 2º do artigo 2º.

§ 69 - Quando se tratar de obras, caberá realizar concorrência se o seu vulto for igual ou superior a 400 (quatrocentés) vezes o valor do salário minimo vigente no Esta do; tomada de preços se inferior àquele valor e igual ou superior a 100 (cem) vezes o salário minimo vigente no Estado; con vite se inferior a 100 (cem) vezes o valor do salário minimo vigente no Estado, observado o disposto na alínea f do § 29 do artigo 20:

§ 7º - Nos casos em que couber tomada de preços, a autoridade administrativa poderá preferir a concorrência sempre que julgar conveniente.

Artigo 49 - Para a realização de tomada de preços as unidades administrativas manterão registros cadastrais de habilitação de firmas, periódicamente atualizados e consoantes com as qualificações específicas estabelecidas em função da natureza e vulto dos fornecimentos, obras ou serviços.

§ único - As unidades administrativas que incidentalmente não disponham de registro cadastral poderão socorrer-se do de outra.

Artigo 5º - A públicidade das licitações será assegurada:

I - No caso de concorrência, mediante publica cão, em órgão oficial e na imprensa diária, com antecedência mi nima de trinta dias, de notícia resumida de sua abertura, com indicação do local, que os interessados poderão obter o edital e tôdas as informações necessárias.

II - No caso de tomada de preços, mediante afixação de edital, com antecedência minima de quinze dias, em lo cal acessivel acs interessados e comunicação as entidades de classe que os representem.

§ único - A administração poderá utilizar ou tros meios de informações ao seu alcance para maior divulgação das licitações com o objetivo de ampliar a área de competição.

Artigo 69 - No edital indicar-se-ão com antecedência prevista, pelo menos:

I - Dia, hora e local.

II - Quem receberá as propostas.

III - Condições de apresentação de propostas e da participação na licitação.

IV - Critério de julgamento das propostas.



- V Descrição sucinta e precisa da licitação
- VI Local em que serão prestadas informações e fornecidas plantas, especificações, instruções e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da licitação.
- VII Prazo máximo para cumprimento do objeto da licitação.
- VIII Natureza da garantia quando exigida.

Artigo 7° - Na habilitação às licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa:

I - À personalidade jurídica.

II - À i idoneidade financeira.

III - À capacidade técnica.

Artigo 8º - As licitações para obras ou ser viços admitirão os seguintes regimes de execução:

I - Empreitada por preço global.

II - Empreitada por preço unitário.

III - Administração contratada.

Artigo 9º - Na fixação de critérios para julgamento das licitações, levar-se-ão em conta, no interêsse do serviço público, as condições de qualidade, rendimento, preços, condições de pagamento, prazos e outras pertinentes, estabelecidas no dital.

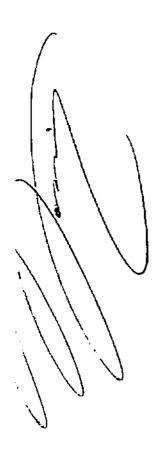
§ único - Será obrigatória a justificação es crita da autoridade competente, sempre que não for escolhida a proposta de menor preço.

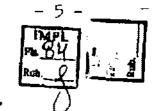
Artigo 10 - As obrigações, decorrentes de 11 citação ultimadas, constarão de:

I - Contrato bilateral obrigatório nos casos de concorrência e facultativo nos demais casos a critério da autoridade administrativa.

II - Outros documentos hábeis, tais como car tas, contratos, empenho de despesas, autorizações de compra e ordens de execução de serviços.

§ 19 - Será fornecada aos interessados, sem





pre que possivel, a minuta do futuro contrato.

§ 2º - Será facultado a qualquer participante da licitação o conhecimento dos termos do celebrado.

Artigo 11 - Será facultativa, a criterio da autoridade competente e, a exigência de prestação garantia por parte dos licitantes, segundo as seguintes mo dalidades.

I - Caução em dinheiro, em títulos da di vida pública ou fideijussória.

II - Fianca Bancária.

III - Seguro-garantia.

Artigo 12 - Os fornecedores ou executantes, de obras ou serviços estarão sujeitos às seguintes pe nalidades:

I - Multa prevista nas condições de licitação.

II - Suspensão do direito de licitar, pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo a gradação que for estipulada em função da natureza da falta.

III - Declaração de inidoneidade para tar na Administração Estadual.

§ único - A declaração de inidoneidade se rá publicada em órgão oficial.

Artigo 13 - Os recursos admissíveis em qualquer fase da licitação ou da execução serão definidos em regulamento.

Artigo 14 - É facultado à autoridade competente anular por sua iniciativa qualquer licitação.

Artigo 15 - A licitação só será após definição suficiente de seu objeto e se referente obras, quando houver ante-projeto da obra a realizar.

§ unico - O disposto na parte final deste artigo não se aplicará quando a licitação versar sobre taxa unica de redução ou acrescimo dos preços unitários de tabela de preços oficial.

Artigo 16 - Λ atuação do licitante no cum primento das obrigações assumidas será anotada no respect<u>í</u> vo registro cadastral.

Artigo 17 - A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral e o julgamento das concorrências e tomadas de preço deverão ser confiadas a comissão de, pelo menos, três membros.

Artigo 18 - As licitações de âmbito internacional ajustar-se-ão às diretrizes estabelecidas pela política monetária e pela política do comércio exterior.

Artigo 19 - As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, às alienações, admitindo-se o leilão, neste caso entre as modalidades de licitação.

Artigo 20 - A elaboração de projetos poderá ser objeto de concurso, com estipulação de prêmios aos concorrentes classificados obedecidas as condições que se fixa rem em regulamento.

Artigo 21 - Esta lei entrará em vigor na da ta de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 20 de pevem bro de 1 967, 1462 da Independência e 792 de Bepública.

